

## EMPREENDIMENTO TURÍSTICO, ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ILHA SOLTEIRA - SP\*

João Antonio Martinez RUIZ\*\*

[...] a proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita os contatos humanos não-funcionais. A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente separação entre classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros (SANTOS, 1986, p. 22)

**Resumo:** O presente artigo procura sistematizar algumas reflexões acerca da especulação imobiliária, tentando ainda articulá-las com os empreendimentos turísticos, uma vez que se verifica na atualidade profundas mudanças e impactos socioespaciais nessas áreas, possibilitando ainda entender e refletir sobre a segregação socioespacial em Ilha Solteira – SP.

**Palavras-chave:** Ilha Solteira; turismo; especulação imobiliária, segregação socioespacial.

**Resumen:** El presente artículo trata de sistematizar algunas reflexiones acerca de la especulación inmobiliaria, en la tentativa de una articulación con los emprendimientos turísticos, una vez que se verifica en la actualidad profundas mudanzas y impactos socioespaciales en esas áreas, posibilitando aún entender y reflexionar sobre la segregación socioespacial en Ilha Solteira – SP.

---

\* Texto produzido para a avaliação final da disciplina Perspectivas Teóricas da Produção Familiar no Brasil, ministrada pela Profa Dra Rosângela Ap. de Medeiros Hespagnol.

\*\* Mestrando do programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente, jotano@bol.com.br.

**Palabras-clave:** Ilha Solteira; turismo; especulação imobiliária; segregación socioespacial.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa estabelecer algumas reflexões com as discussões realizadas junto à disciplina Perspectivas Teóricas da Produção Familiar no Brasil, procurando articulá-las ao trabalho de campo, realizado no município de Ilha Solteira.

Nesse sentido, tentaremos, ainda que de maneira simplificada, dar ênfase a algumas problemáticas que por nós foram detectadas no referido espaço urbano, fazendo uma ponte com o projeto que estamos desenvolvendo, enfocando principalmente a segregação socioespacial na cidade, o consumo do/no espaço e o turismo.

Antes de partirmos para a nossa reflexão, devemos ressaltar que a década de 1970<sup>1</sup> no Brasil, foi marcada por um novo padrão de ocupação territorial, do qual o Estado teve uma participação muito intensa, através da implantação de projetos de grande porte como aqueles voltados para a extração de recursos naturais, de transportes, de comunicações e da construção de grandes usinas hidrelétricas, como foi o caso de Ilha Solteira.<sup>2</sup>

Esses novos setores implantados no Brasil, tiveram uma lógica de localização espacial diferenciada daqueles dos períodos anteriores. Apresentando-se, assim, o processo de urbanização e o surgimento de cada cidade diferenciam-se, devido aos empreendimentos que também se diferenciaram uns dos outros e também pelas especificidades locais, em que cada empreendimento era consolidado.

## 2. ILHA SOLTEIRA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA/ GEOGRÁFICA

Localizado no Extremo Noroeste do Estado de São Paulo, o município de Ilha Solteira possui uma área de 639 quilômetros quadrados, estando o núcleo urbano a 5 quilômetros do rio Paraná, localizando-se a 2 quilômetros da usina hidrelétrica e na divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul (HESPANHOL, 1993).

O núcleo urbano de Ilha Solteira teve sua origem associada à construção das obras do Complexo de Urubupungá, ou seja, com a construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, que teve início em maio de 1965 através da empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A (HESPANHOL, 1993, p.14 - 16).

A CELUSA/CESP necessitando de mão de obra em grande quantidade optou pela implantação de um núcleo urbano ao invés de acampamentos, pois a região possuía uma rede urbana muito incipiente, tendo os primeiros operários transferidos para Ilha Solteira em 1968 (HESPANHOL, 1993).

Todavia, a cidade em 1970 estava praticamente equipada, com a rede de esgoto e água, pavimentação, iluminação e muitas outras benfeitorias. A população do núcleo urbano de Ilha Solteira nos anos de 1971 e 1973 – período de construção da usina – oscilou entre 28.000 e 32.000 habitantes, perdendo população nos anos posteriores. A partir de 1977, a população variou de 20.000 a 24.000 habitantes (HESPANHOL, 1993).

Refletindo um pouco sobre as aglomerações com mais de 20.000 habitantes, Santos (1986, p.69) destacou que houve um aumento significativo do número de cidades desse porte, que concentravam mais da metade (51%) da população em 1980. Nesse sentido, podemos inferir que Ilha Solteira já se enquadrava entre esses aglomerados urbanos no Brasil, antes mesmo dos anos de 1980, embora tenha oscilado a sua população.

O decréscimo populacional a partir de meados dos anos 1970, como salientou Hespagnol, está associado à redução da necessidade de mão-de-obra pela usina hidrelétrica e pela presença de latifúndios e minifúndios pouco produtivos (HESPANHOL, 1993, p. 20).

Os latifúndios ocupam a quase totalidade da zona rural e estão voltados à pecuária extensiva e os minifúndios, ocupam uma área exígua e se dedicam a uma agricultura pouco produtiva, com baixo rendimento, utilizando técnicas arcaicas de produção.

A estrutura agrária da região não favoreceu a constituição de uma relação de complementaridade entre o espaço urbano e o rural (onde normalmente a cidade incorpora renda gerada no campo) tão comum e fundamental para a viabilização econômica da maioria dos núcleos urbanos do interior do país.

Importante inferir que a cidade de Ilha Solteira necessitava de alguma função<sup>3</sup> para que não houvesse um esvaziamento populacional da mesma, sendo assim instalada em 1977 a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP que contava com os cursos de agronomia, engenharia civil, engenharia mecânica e engenharia elétrica (<http://www.ilhasolteira.com.br>).

Ainda vale a pena destacar que em 1984 a CESP iniciou a implantação de um projeto que assentou os pequenos produtores rurais do chamado Cinturão Verde. Hespanhol (1993, p. 48) destacou que o Cinturão Verde possui 556 hectares, distribuídos em 89 lotes, sendo 14 deles inicialmente equipados com irrigação. Desses 89 lotes, 78 estavam ocupados em 1992 e somente 5 unidades contavam com a utilização da irrigação. Nesse sentido, podemos inferir, que a maioria desses pequenos produtores ficaram totalmente desprovidos dos equipamentos de irrigação, ao contrário do que a CESP almejava inicialmente com a instalação desse projeto.

Na verdade, além dos vários outros elementos destacados pelo autor, como por exemplo, o não vínculo à terra, um novo elemento surgiu na pesquisa de campo, sendo ele, a falta de irrigação nessas pequenas propriedades, que foram verificados por nós como sendo um novo elemento para o possível insucesso desses pequenos produtores familiares.

A emancipação Político-Administrativo de Ilha Solteira que aconteceu em 1991 é muito recente, e a constituição dos poderes executivos e legislativos municipais só aconteceu em janeiro de 1993 (HESPANHOL, 1993).

Ilha Solteira, como foi ressaltado<sup>4</sup>, recebeu tal denominação devido à uma ilha que está à jusante da barragem da usina hidrelétrica, sofrendo a mesma, a cada ano uma diminuição, devido as cheias do rio Paraná e ao desmatamento que a ilha sofreu com o passar dos anos.

Ainda vale a pena destacar que na atualidade, Ilha Solteira, continua a manter a sua população praticamente estável. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, a população atingiu uma marca de 23.996 habitantes, ficando os números praticamente equiparados ao dos anos de 1970.

Após essa breve reflexão, estaremos dando ênfase a outros pontos que merecem uma atenção especial.

### 3. EMPREENHIMENTO TURÍSTICO E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

O Município de Ilha Solteira está localizado em uma área em que existem três grandes lagos originados da construção de usinas hidrelétricas: o de Ilha Solteira, Jupia e Três Irmãos, estando um terço da área do município coberto pelas águas (<http://www.ilhasolteira.com.br>).

Essa situação geográfica privilegiada, certamente possibilita a dinamização turística do Município de Ilha Solteira, ainda que com algumas ressalvas, as quais estaremos pormenorizando a partir desse momento.

Em 1984, como já foi destacado por Hespanhol, a CESP implantava o chamado Cinturão Verde no município de Ilha Solteira. A CESP, com esse projeto, objetivou:

[...] por um lado, conter a expansão desordenada do núcleo urbano (essas áreas começavam a ser ocupadas ilegalmente) e por outro, criar ao redor da Ilha Solteira uma área de agricultura irrigada altamente produtiva, capaz de abastecer a cidade com produtos agrícolas e ainda remeter parte da produção para outros municípios, fortalecendo a economia local (HESPANHOL, 1993, p. 46).

Todavia, a reflexão de Hespanhol (1993, p.4) já nos alertava quanto a possibilidade do espaço urbano de Ilha Solteira ficar à mercê do grande capital e dos especuladores como acontece com a maioria das cidades do brasileiras.

Refletindo especificamente sobre a cidade de Presidente Prudente, Sposito destacou que:

O solo urbano pode ser consumido em atividades produtivas ou para a habitação. Mas pode também ser direcionado, especificamente, por lapso de tempo, para a especulação. Para ser consumido, é necessário que seja produzido para aparecer no mercado como mercadoria. O mercado é importante porque condiciona (pela oferta e pela demanda) as razões da apropriação dos lotes urbanos por parte de consumidores e investidores, porque não existe a capacidade de cada um destes produzir individualmente o solo. Para isso, os proprietários das glebas loteáveis promovem (ou se associam a empresas especializadas) os loteamentos das mesmas (SPOSITO, 2001, p. 97, grifo nosso).

Os produtores assentados no Cinturão Verde de Ilha Solteira, como nos foi destacado<sup>5</sup>, não podem disponibilizar as terras, uma vez que alguns mecanismos estabelecidos a partir da doação dos lotes pela CESP, impede a venda dos mesmos.

Nesse sentido, a porção (Oeste) onde se situa o Cinturão Verde, "barra" o crescimento da cidade de Ilha Solteira e possibilita que a porção Leste, onde se encontram as grandes propriedades se expanda a malha urbana. Viabilizando a esses latifundiários de especular junto ao mercado imobiliário, uma vez que, esses disponibilizam de terras nas imediações da malha urbana. Tais fatos certamente revelam que a boa intenção inicial da CESP em ter nas proximidades da cidade uma área produtiva – que não pudesse ser vendida a terceiros – e que abastecesse a cidade, possibilitou e tornou-se uma ótima válvula e uma ótima oportunidade para os grandes latifundiários especularem.

Outro ponto que merece ser destacado e que viabiliza ainda mais a especulação imobiliária em Ilha Solteira é a possibilidade da efetivação de um mega projeto turístico denominado "Projeto Conquista da Água", que conta com uma grande estratégia de marketing, a começar pela venda do próprio projeto, que será executado exatamente na porção Leste, instalando-se um aeroporto e mais oito edificações ao longo de uma via que terá como ponto de partida a avenida Brasil, principal avenida da cidade, serpenteando a margem do São José dos Dourados<sup>6</sup>. Para melhor visualizar tais aspectos vale a pena destacar que:

O Projeto Conquista da Água se localiza na beira do São José dos Dourados, no lago de Ilha Solteira, entre o Recanto da Águas e a ponte de Santa Fé.

A nível estratégico, a Avenida Brasil com extensão de 4,2 quilômetros, será estendida em direção reta para o norte até o lago de Ilha Solteira.[...]

O conceito desta via é valorizar os espaços de pedestres, permitindo a mais ampla integração com a natureza, o lago, sua margem, os equipamentos e os pontos de apoio (<http://www.ilhasolteira.com.br>) .

Como já destacamos, o referido projeto conta com nove equipamentos ao longo da via que se estenderá, sendo eles: um aeroporto extremamente confortável, o "Espaço da Cultura e da Arte", construído como uma pirâmide invertida; o "Espaço da Ilha" semelhante a um barco virado para cima; o "Espaço

do teatro e da música"; o "Espaço da História" que abrigará achados arqueológicos, o "Espaço do Conhecimento" que será um centro de convenções e exposições, o "Espaço da Água" que abrigará aquários, com barcos para passeio; o "Espaço do Universo", que terá o formato de uma nave espacial, e, finalmente o "Espaço da Ciência".<sup>7</sup>

Esse empreendimento, indubitavelmente, possibilitará uma super valorização das terras no local em que o projeto será efetuado. Coincidentemente ou não, nas terras dos latifundiários, que se encontram localizados no sentido oposto ao Cinturão Verde. Tais constatações ficam muito explícitas quando a fonte principal destaca que o "primeiro passo é unir a malha urbana fisicamente ao lago de Ilha Solteira. Este objetivo será alcançado estendendo-se a Avenida Brasil até a beira do São José dos Dourados" (<http://www.ilhasolteira.com.br>).

Com a instalação desse empreendimento turístico, certamente ocorrerá a construção de residências de alto padrão nessas novas áreas, sendo essas, mais bem servidas de infra-estrutura, e conseqüentemente mais valorizadas no mercado imobiliário. Dessa forma, propiciando mais "status" social aos seus proprietários, que podem somente possuí-las para o veraneio. Nesse sentido, as palavras de Caldeira (2000, p.264) nos ajudam a compreender um pouco mais essa realidade:

Através das mais diferentes culturas e classes sociais, o lar cristaliza importantes sistemas simbólicos e molda sensibilidades individuais. A moradia e o status social são obviamente associados em várias sociedades a residência é uma forma das pessoas se afirmarem publicamente.

Na atualidade, o espaço turístico associa-se, de maneira exacerbada, ao mundo das aparências, ao marketing. Nesses locais, o espaço é visto pura e simplesmente como mercadoria, colocando-se à venda o verde, a água, a beleza natural do local e também uma infra-estrutura para atrair os turistas, que podem consumir o espaço e consumir no espaço. Nesse sentido, as palavras de Carlos (2001, p.68) são elucidativas:

Sem exceção, trata-se de espaços dominados por estratégias de marketing e que só têm o sentido que lhe é conferido pelo marketing na medida em que são vistos como uma imagem e um signo de bem-estar e felicidade que apaga sua configuração de mercadoria, mas é redutor da realidade que

pretende representar. Lugares cada vez mais visuais, que invadem a vida das pessoas através do marketing, tornando-se lugares de desejo. Nesse caso o espaço aparece sem espessura (sem passado, sem identidade, isto é, sem história) geométrico, visual, uma abstração vazia, onde o privado se reafirma e se impõe em detrimento do público. São lugares de lazer onde a vida cotidiana parece suspensa, deixando lugar a um outro modo de vida composto de atos, gestos sempre repetitivos, comportamentos orientados de modo imperceptível e que ganham a dimensão da fantasia.

Certamente, o espaço programado, como aqueles destinados ao turismo, excluem as classes menos favorecidas, pois esse só é freqüentado por aqueles que podem consumi-lo, ou seja, os de maior poder aquisitivo.

Nesse sentido, Carlos (2001, p.70) ressaltou que:

Desse modo, mesmo no momento do lazer, o cotidiano programado pela sociedade de consumo se impõe com toda força. E assim, lugares ganham uma centralidade saturada de objetos, logo vazias de sentido. Nesse contexto, aparece em conflito agudo uso/troca, pois quanto mais um espaço é funcionalizado e mais ele é dominado por agentes que o manipulam, menos ele se presta à apropriação para o uso, posto que se encontra fora do tempo vivido, mas confinado ao universo da troca.

A reflexão da autora nos leva a inferir que, ao ser pensado um projeto que procura viabilizar a instalação de um aeroporto, fica explícita a idéia de que a apropriação para o uso não é um dos objetivos principais. Nesse sentido, extrapola-se a idéia do consumo do/no espaço no plano local para o plano mundial, atraindo pessoas com um nível socioeconômico mais elevado, uma vez que, os deslocamentos aéreos não são algo possível para todos os segmentos sociais. Para ilustrar um pouco mais a reflexão de Carlos (2001, p.71) é bastante relevante:

As atividades produzidas no contexto do lazer apontam para a contradição entre espaço do consumo-consumo do espaço. O que ilumina outra contradição: a capacidade de cada vez mais o espaço se reproduzir no plano mundial sem impedir

sua fragmentação em pequenas parcelas apropriadas individualmente, segundo as exigências da reprodução, no plano local.

Em sua análise, Carlos (1996, p.109) procurou explicitar sobre os impactos causados pelo turismo e a sua relação com a especulação imobiliária. A incorporação de uma área ao turismo provoca, segundo a autora, bruscas mudanças nos moradores dessas localidades.

As cidades que implantam tais projetos se transformam para atrair turistas e esse processo provoca na população dessas cidades um certo estranhamento, visto que tudo se transforma rapidamente, a cidade e o que envolve o projeto se transforma em espetáculo, tendo como espectador o turista, que irá consumir no espaço e consumir o próprio espaço. (CARLOS, 1996, p.108 - 109)

Nesse sentido, Carlos (2001, p.70) salienta:

O espaço turístico se liga, diretamente, ao plano do consumo do espaço enquanto lugar da acumulação, articulado às necessidades de reprodução da sociedade. É consequência do fato de que hoje o mundo moderno não se produz apenas mercadorias convencionais como mesa, roupas ou cadeiras, mas o espaço voltado ao consumo. O espaço-mercadoria se impõe na vida cotidiana enquanto valor de troca que submete o modo e o tempo do uso.

Todavia, como nos ressaltou Carlos (2001, p.70 - 71), os grandes setores de investimentos e rentabilidade – turismo e lazer – propiciam, nos dias atuais uma urbanização generalizada, as construções e a especulação imobiliária, e revela ainda que esses espaços voltados para o turismo e o lazer também criam uma centralidade, direcionando consumidores em potencial e um fluxo de pessoas considerável. Nesse sentido, a autora observa que:

A criação de espaços turísticos e de lazer a partir de novas estratégias interfere na produção de novas centralidades, no sentido em que produzem pólos de atração que redimensionam o fluxo das pessoas num espaço mais amplo. O fato de que o espaço se transforma em mercadoria produz

uma mobilização frenética desencadeada pelos promotores imobiliários e pode levar à deterioração ou mesmo destruição de antigos lugares em função da realização de interesses imediatos, em nome de um presente programado e lucrativo, que traz, como consequência, a destruição de áreas imensas que passam a fazer parte do fluxo de realização do valor de troca (CARLOS, 2001, p. 67, grifo nosso).

Esses nove pontos que poderão ser instalados em Ilha Solteira foram planejados, arquitetados, com o intuito de promover todo um fascínio aos turistas que para lá se deslocarem. Assim, nos parece e fica bem explícito, que esses espaços não serão apropriados pelos segmentos menos favorecidos. A concepção inicial é aquela mais voltada ao consumo do/no espaço, ou seja, para a realização da troca. A própria fonte oficial nos deixa isso muito evidente, quando tenta, por um lado, destacar que o projeto está concebido para todos, sem distinção e por outro lado, se contradizendo, destacando que: "O projeto está para ser viabilizado de forma auto-sustentado. Em resumo: os 40 mil turistas esperados por mês, em média, viabilizam os investimentos" (<http://www.ilhasolteira.com.br>).

Nesse sentido, a idéia uso/troca nos parece muito explícita, estando também muito clara a idéia de extasiar o turista, maravilhá-lo, seduzi-lo, nesses espaços, isso fica claramente expresso em vários momentos. Como por exemplo, ao se referir ao "Espaço da Cultura e da Arte" foi destacado que:

Cabe ao visitante se extasiar quantas vezes desejar perante as obras que mais lhe aprouver.  
A produção artística cultural de Ilha Solteira impressiona pela sua qualidade, beleza e criatividade. Todo esse talento requer espaços nobres e valorizados. (<http://www.ilhasolteira.com.br>)

Tais constatações vão ficando ainda mais evidentes ao se dar ênfase ao "Espaço do teatro e da música" quando é ressaltado que:

Esse jogo de ilusões é permanente. No momento do show desvenda a arte das interpretações, revelando cenários produzidos através de mesas computadorizadas, controlando

ao mesmo tempo o som, a luz, os aromas, as projeções, os efeitos, inclusive o micro-clima de todo ambiente (<http://www.ilhasolteira.com.br>).

Esse cenário fascinante e artificial vai sendo reforçado, embora seja essa, na atualidade a maneira, como a indústria do turismo tenta vender o espaço e atrair pessoas para tais pontos. Par melhor compreensão, Carlos (1996, p.109) tece as seguintes reflexões:

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório onde o espaço se transforma em cenário, "espetáculo" para uma multidão amorfa através da criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão e, deste modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação.

Nesse sentido, a concepção do "Espaço do Universo" o qual é inspirado numa nave espacial, é bem reveladora dessa estratégia de se conceber algo para fascinar, maravilhar o turista, a fonte oficial deixa mais uma vez isso muito evidente ao revelar que: "Quem não vai querer registrar em filme ou fotografia esta imagem?"

Um outro ponto que merece destaque é que o projeto pode dinamizar a economia local e regional, uma vez que se pretende com ele abarcar as demais cidades da região que disponibilizam de infra-estrutura, como por exemplo, hotéis, para atender os turistas. Sabe-se que a cidade de Ilha Solteira no momento atual, não possui uma rede hoteleira que comporte tamanho projeto<sup>8</sup>.

Todavia, temos que inferir que até o presente momento tentamos refletir sobre a concepção dos empreendimentos turísticos, tentando mostrar algumas de suas faces como a especulação imobiliária e o consumo do/no espaço por um segmento mais privilegiado da sociedade.

Nesse sentido, continuamos alertando e enfatizando sobre Ilha Solteira que surge compartimentada na escala intraurbana e que poderá acentuar ainda mais a segregação socioespacial tanto na escala intraurbana como interurbana<sup>9</sup>, visto que os espaços voltados para o turismo, na atualidade, revelam tais aspectos.

Após essa breve reflexão, estaremos tecendo algumas considerações sobre Ilha Solteira e a segregação socioespacial.

#### 4. ILHA SOLTEIRA: REFLEXÕES A PARTIR DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O conceito de segregação socioespacial vem sendo nos últimos anos utilizado por vários autores<sup>10</sup>. Todavia, a temática apresenta-se pouco pesquisada, existindo um número muito reduzido de trabalhos.

Sabemos que o movimento promovido pela sociedade acaba redefinindo a problemática a cada momento, nos colocando frente a uma necessidade ainda maior da compreensão de tais fatos, que indubitavelmente se acentuaram no momento atual.

Em seu trabalho, Caldeira (2000, p. 211) destacou que tanto a segregação espacial como a segregação social, trata-se de uma característica muito importante nas cidades. Para a autora:

As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam culturalmente e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade.

Nessa direção, Corrêa (1986, p.74) destacou que a segregação residencial é bem anterior ao aparecimento do capitalismo, e que a cidade asteca de Tenochtitlán e a cidade de Kmer de Angkor Thom, no território cambojano, são ótimos exemplos quanto a uma organização espacial que diferencia a elite da população mais carente.

Com isso queremos destacar que a segregação residencial remonta a outros períodos da nossa História, mas é exatamente no capitalismo, que ela vai se acentuar ainda mais, tornando-se muito mais complexa, visto que diferentes agentes<sup>11</sup> estarão atuando para impulsionar tais processos (CORRÊA, 1986, p.74).

Esses processos, na atualidade, são extremamente visíveis nas metrópoles, nas cidades médias e também podem ser constatados em cidades de menor porte,<sup>12</sup> como por exemplo Ilha Solteira, que surge totalmente segregada espacialmente e socialmente.

Na cidade de Ilha Solteira, como ressaltou Hespanhol (1993, p. 29), foi implantado, além do zoneamento urbano, um zoneamento estritamente socioeconômico, que destinava-se às habitações dos trabalhadores da usina. Essas habitações foram divididas em seis níveis, sendo que a população agrupava-se em cada nível residencial a uma categoria profissional.

Devemos ainda salientar que essas habitações foram cedidas aos funcionários das empreiteiras e da CESP, o que não elimina o seu caráter de segregação socioespacial (HESPANHOL, 1993, p. 29).

Para uma melhor visualização desses fatos e dinâmicas, com relação a estratificação dos funcionários da CESP e das empreiteiras, reproduzimos as palavras de Hespanhol (1993, p. 29 - 30):

Ao nível um pertenciam os operários não especializados: ajudantes, serventes, vigias e zeladores; o nível dois englobava funcionários que exerciam as profissões manuais especializadas: carpinteiros, encanadores, bombeiros-mecânicos, feitores, pedreiros, mecânicos, operadores de máquinas, pintores, soldados; o nível três compreendia os auxiliares administrativos, chefes de turma, encarregados, mestres de obra, montadores, fiscais, laboratoristas; o nível quatro correspondia aos assistentes técnicos, auxiliares de enfermagem, auxiliares de serviço social, desenhistas, projetistas, encarregadores de operação, de manutenção, inspetores de segurança, inspetores sanitários, professores de ensino primário; o nível cinco englobava o pessoal técnico-administrativo ou pessoal em cargo de chefia, agrimensor, professores de ensino técnico; o nível seis estavam os encarregados de nível universitário de todas as profissões liberais: médicos, engenheiros, arquitetos, economistas, assistentes sociais, professores de ensino médio, orientadores educacionais, orientadores pedagógicos.

Esse caráter de segregação social, como destacou Hespanhol (1993, p. 31), dividindo os trabalhadores em categorias, causava uma certa insatisfação aos trabalhadores de Ilha Solteira que eram vistos de maneira estratificada.

Dessa maneira, podemos inferir que aqueles que se sentiam mais constrangidos na cidade, certamente eram os de nível socioeconômico mais baixo, pois até mesmo os espaços de sociabilidade como os clubes<sup>13</sup> eram espaços que segregavam socioespacialmente os habitantes da cidade.

Dessa forma, Ilha Solteira, empiricamente se apresenta como um ótimo exemplo de cidade de pequeno porte em que a segregação socioespacial se materializa, seja nos bairros, nos clubes, ou em qualquer outro ponto da cidade. Nesse sentido, numa cidade de pequeno ou médio porte, pode se evidenciar muito mais aparente os impactos causados, tanto no plano espacial como no plano social, comparando-se às grandes metrópoles.

Refletindo em sua obra sobre a cidade-empresa e, mais especificamente nos ressaltando a respeito do controle social e exclusão nessas cidades, Piquet (1998, p. 37) destacou que a segregação funcional, o isolamento de determinados segmentos e a marginalização dos mesmos, determinam certos padrões comportamentais dessas comunidades, pois a própria empresa e o convívio com o mesmo grupo de pessoas, possibilita o controle dos que nessas cidades fixam moradia.

Nesse sentido, as palavras da autora nos ajudam a compreender que:

O convívio prolongado com um mesmo grupo de pessoas, uma característica de comunidades fechadas, determina a emergência de mecanismos de controle social, que significam um verdadeiro policiamento dos comportamentos individuais. Esse controle se dá tanto intergrupos, isto é, entre diferentes estratos que compõem essas mesmas estratos que compõem esse mesmo grupo ou estrato social. Assim, as ações e comportamentos que nos grandes centros se diluem e passam despercebidos são, nas vilas de empresa, conhecidos de todos e assumem grande importância dada a própria monotonia do cotidiano (PIQUET, 1998, p. 38).

Piquet (1998, p. 38) ainda nos ressalta quanto ao desaparecimento da privacidade nessas cidades, tendo essa falta de privacidade reflexos diretos com os relacionamentos interpessoais, que se tornam superficiais com o passar do tempo, sendo essa superficialidade entre os habitantes da cidade, uma das saídas para impedir que a falta de privacidade tome conta dos seus espaços pessoais.

Assim, se por um lado os habitantes da cidade se sentem desconfortáveis, e são segregados no espaço intraurbano de Ilha Solteira, os moradores também tentam excluir aqueles que trabalham na terra. Uma demonstração da

contradição entre moradores da cidade e os moradores do campo fica explícita a partir da fala<sup>14</sup> dos membros do grupo de jovens do Cinturão Verde, que destacaram que no ano de 1998 foi necessária a contratação de um psicólogo para o grupo, porque os mesmos se sentiam desestimulados a produzir e discriminados pelos habitantes da cidade.

Ainda vale a pena destacar que, segundo Hespanhol (1993, p. 9) o Cinturão Verde se encontra contíguo ao núcleo urbano de Ilha Solteira, tendo os pequenos produtores aí localizados, problemas com a comercialização dos produtos agrícolas. Na atualidade, inferimos que tais problemas também foram verificados a campo, sendo privilégio de alguns pequenos proprietários a produção e a comercialização dos produtos agrícolas.

Todavia, podemos inferir que a deficiência na produção e na comercialização desses pequenos produtores certamente irá influenciar no desestímulo e também no que podemos denominar em um precário consumo do/no espaço.<sup>15</sup>

Esses apontamentos, na verdade, nos revelam que os moradores da cidade procuram excluir os pequenos proprietários – principalmente os do Cinturão Verde – como também encontramos muitos moradores segregados socioespacialmente no interior da malha urbana de Ilha Solteira, revelando, dessa forma, algumas contradições existentes no próprio interior da cidade e entre a cidade e o campo.

Em suma, Ilha Solteira, que surge de maneira compartimentada na escala intraurbana, tende, ao nosso ver, a acentuar ainda mais o processo de segregação socioespacial, o que certamente mereceria uma análise mais aprofundada sobre tais questões.

Nesse sentido, devemos esclarecer ao leitor que procuramos nesse artigo lançar algumas idéias iniciais sobre a temática e, especialmente sobre Ilha Solteira, no intuito de avançarmos um pouco mais no debate. Sabemos que a segregação socioespacial comparece nas cidades contemporâneas de diferentes dimensões, tanto nas metrópoles, como nas cidades de médio e pequeno portes, como Ilha Solteira, logo em diferentes escalas e de maneira mais ou menos acentuada, dependendo do contexto histórico, geográfico e cultural em que ela se insere.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO SPOSITO, M. E. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. *Revista de Geografia*, Dourados, n.4, p.71 -86, set./dez.1996.

CALDEIRA, T. P. DOR. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARLOS, A. F. A. "Novas" contradições do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; DAMIÁN, A. L.; SEABRA, O. C. de L. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000, Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/censo/plano\\_divulg.php](http://www.ibge.gov.br/censo/plano_divulg.php)>. Acesso em: 28 de jun. 2002.

CORRÊA, R. L. Organização espacial. In: \_\_\_\_\_. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ed. Ática, 1996. p. 51 - 84.

GUIMARÃES R. B. et al. A exclusão social em Presidente Prudente. In: BELTRÃO SPOSITO, M. E. (org). *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia, 2001. p.183 - 191.

HESPANHOL, A. N. O uso e as possibilidades de uso do solo urbano em Ilha Solteira – SP. IGCE – UNESP, 1993. (Relatório de pesquisa)

PIQUET, R. A moderna cidade-empresa. In: \_\_\_\_\_. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p.31 - 42.

PROJETO CONQUISTA DA ÁGUA, Disponível em:<<http://www.ilhasolteira.com.br>>. Acesso em: 28 de jun. 2002.

RUIZ, J. A. M. Shopping Center Americanas: frequência e consumo do/no espaço. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001 (Monografia de Bacharelado em Geografia).

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SPOSITO, E. S. A produção do território e a apropriação da renda fundiária em Presidente Prudente. In: BELTRÃO SPOSITO, M. E. (org). *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia, 2001. p.89 - 108.

VILLAÇA, F. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

## Notas:

<sup>1</sup> Para maior entendimento, ver Piquet (1998).

<sup>2</sup> Cabe destacar que a Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira teve sua construção iniciada anteriormente a esse período, mas segundo Piquet (1998), a generalização desses projetos ocorreu na década de 1970.

<sup>3</sup> Importante destacar que a categoria analítica de Santos (1985) foi empiricamente aplicada no Trabalho de Campo, para a compreensão da organização espacial local. Para maiores esclarecimentos ver também Corrêa (1986).

<sup>4</sup> Fonte oral

<sup>5</sup> Fonte oral: representante do Grupo de Jovens do Cinturão Verde.

<sup>6</sup> O projeto visa estender a partir da Avenida Brasil um total de 19,2 quilômetros.

<sup>7</sup> Para maiores esclarecimentos ver imagens em Projeto Conquista da Água, disponível em: <http://www.ilhasolteira.com.br>.

<sup>8</sup> Fonte oral: representante da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira.

<sup>9</sup> Provavelmente quem poderá usufruir de tais espaços, serão aqueles que podem se deslocar, se hospedar e que disponibilizam de recursos para adentrar cada espaço.

<sup>10</sup> Salas e Castro (1993), Beltrão Sposito (1996), Villaça (1998) e Caldeira (2000).

<sup>11</sup> Dentre esses vários agentes da organização espacial urbana, podem ser destacados: os proprietários fundiários, o Estado, incorporadores imobiliários, entre outros.

<sup>12</sup> Sobre tais aspectos alguns trabalhos podem ser destacados como o de Caldeira (2000), Guimarães et al (2001) e Hespagnol (1993).

<sup>13</sup> Os clubes, como destacou Hespagnol, (1993, p.31) separavam-se entre os níveis 5 e 6, níveis 3 e 4 e para os funcionários que residiam nos níveis 1 e 2.

<sup>14</sup> Fonte oral: representante do Grupo de Jovens do Cinturão Verde.

<sup>15</sup> Sobre o consumo do/no espaço ver Carlos (1996) e Ruiz (2001).

Recebido para publicação em 31 de março de 2003.